

## Consumo hiperurbano, lei e laser – padrão ouro e comunicação

*O consumo conspícuo de bens com valor é uma forma de boa reputação do cavalheiro do laser.*

*Thorstein Veblen*

Entramos num supermercado e encontramos com facilidade, muitas vezes a preços extremamente baixos, clássicas obras cinematográficas, armazenadas num sistema de concentração informacional em alta definição conhecido como DVD – iniciais de *digital video disc* ou mesmo de *digital versatile disc*, neste caso especialmente quando o sistema não é utilizado com vídeo.





Para ele, a única saída para um universo do híper consumo seria a híper educação – curiosamente, em aparente contradição com o que caracterizaria a sociedade *low power*.

A passagem para o híper consumo encontra referência directa na híper produção. Enquanto que em 1910 a fabricação do *Ford T* saltou de um veículo a cada doze horas e vinte e oito minutos para um veículo a cada uma hora e trinta e três minutos apenas quatro anos mais tarde; somente uma das fábricas *Ford* produzia quase um carro por minuto em 2003.

A mudança de escala, em todos os sentidos, foi vertiginosa.

Num mundo da *afluência*, a própria cidade deixou de ser a representação da alta concentração de poder, revelando um tecido de discontinuidades surpreendentes, muitas vezes contrariando a clássica figura de centro e periferia.

Na Antiguidade, a cidade possuía um rei – que era a autoridade máxima local. Esse conceito navegou quase intacto até ao século XX, quando em muitas cidades o seu líder político era incontestável.

Mas, nas grandes metrópoles dos últimos anos do século XX, muitas delas transformadas em megacidades, boa parte da população nem sabia quem era o líder político – que se transformou em mero burocrata de impostos e rico feitor de obras públicas.

Paralelamente ao antigo *alto poder* que se transformou numa imensa estrutura desencarnada, sem a figura humana do indivíduo – como acontece com gigantescas empresas espalhadas por diversos países, sem proprietários identificáveis, por exemplo – associou-se um *baixo poder* espalhado por milhões de vorazes consumidores.

Se antes as companhias eram a forma de criar imensas fortunas pessoais e familiares para os

seus proprietários, o objectivo delas passou a ser a geração de riqueza para milhões de accionistas a partir da década de 1980, num processo que foi revertido no final do século XX, transformando-se na criação de fortunas pessoais para os seus gestores.

Em 2006, o administrador de uma grande corporação recebia em média mais de oito vezes o que era pago vinte anos antes, nos anos 1980, em valores presentes, isto é, corrigidos. Nos anos 1980, os administradores das grandes companhias recebiam salários quarenta vezes mais altos que um trabalhador comum. Em 2001, a média dos pacotes salariais de administradores de topo era mais de trezentas e cinquenta vezes mais alto que aqueles pagos aos trabalhadores comuns.

Rapidamente, os objectivos dos administradores se tornaram, em muitos casos, totalmente divorciados dos interesses dos accionistas ou mesmo das próprias empresas.

Assim, dentro das grandes corporações – tal como dentro dos Estados – em oposição a uma generalizada classe *low power*, surgiu uma nova classe aristocrática, relativamente independente dos seus méritos ou competências, mas fortemente suportada pelos negócios políticos.

As cidades passaram a estar ligadas dinamicamente entre si, transformando tudo, mesmo o campo, num complexo *híperurbano*. Por essa via, o planeta se tornou numa espécie de *hípercidade*.

A intensa distribuição de recursos, das mais diversas naturezas, em artefactos materiais e imateriais, acessíveis a um grande número de pessoas projectou uma nova sociedade, com novos tipos de relação, de expectativas e de temores.

O mesmo aconteceu com a arte – antes concentrada num personagem principal, o artista, e num momento único, transformou-se na explosão de pessoas e momentos.

A partir do final do século XIX, coincidindo com o surgimento do telefone, da fotografia, do cinema e da rádio, as obras de arte – que até então eram caracteristicamente *representações* e, portanto, abstrações daquilo que se tinha como realidade – foram gradualmente se transformando nos seus próprios objectos.

As geniais obras de Marcel Duchamp, o Dada, Jackson Pollock, Joseph Beuys, John Cage, Nan June Paik, Jasper Johns, Robert Rauschenberg e, mais tarde William Anastasi, Dove Bradshaw, Rosemarie Castoro, Marcia Grostein, Roy Ascott ou Bill Viola entre outros são em si o seu próprio significado.

Não mais se trata da *arte pela arte*, mas sim da elaboração de objectos que são em si mesmos aquilo que significam – em certa medida, aproximando-se da pré-história através de uma pós-história.



fazer sentido. Não mais se trata da reprodutibilidade técnica, como brilhantemente alertava Walter Benjamin, mas do surgimento de obras na rede de telecomunicação interactiva em *tempo real*.

Não apenas, a obra de arte passou a se expandir livremente pelas artes gráficas, pelo cinema, televisão e pelo chamado desenho industrial – que também não mais é puramente industrial – entre outros.

O valor da obra de arte na era mecânica obedecia ao princípio da raridade – o objecto único, de difícil alcance. O valor da obra de arte na era da sociedade *low power*, obedece ao princípio da visibilidade – quanto mais visível, mais desejável.

Nos anos 1980, Alvin Toffler cunhou a expressão *prossumidor* – designando o produtor dos artefactos para o seu próprio consumo, fenómeno que tem gradualmente caracterizado boa parte das actividades humanas nos primeiros anos do século XXI.

Rapidamente, arte finalistas, secretárias, músicos, técnicos de som, contabilistas, fotógrafos e cineastas entre muitos outros profissionais foram sendo substituídos por computadores e programas que transformam cada ser humano num múltiplo ser criativo daquilo que consome.

Cada um se tornou assistente, fotógrafo, secretário, editor de programas de televisão, de música, dactilógrafo e muitas outras funções para si próprio, para a sua própria produção.

Paralelamente, as empresas passaram a despedir e contratar mais velozmente os seus funcionários – fazendo com que a antiga figura da *profissão* praticamente desaparecesse.

Em muitos estabelecimentos comerciais passamos a encontrar gerentes, vendedores e mesmo técnicos totalmente despreparados, sem qualquer formação especializada e, o pior, sem qualquer cultura sobre o produto ou serviço

– todos procurando, com todas as dificuldades da improvisação, seguir manuais impressos com regras para situações gerais.

Em vários restaurantes, tanto as pessoas que servem como, muitas vezes, as que participam da elaboração dos alimentos, estão lá por um mero acaso, na busca de alguma actividade duradoura, mas sem nunca terem sido preparados para isso e, grande parte das vezes, sem amarem o que fazem.

O sonho de cada um passou a estar na imagem dos heróis do cinema e da televisão, significando – na superficialidade dessa aspiração – nenhum trabalho e total reconhecimento, se possível.

Num mundo de *prosumidores* tudo se transforma em permanente improvisação.

Essa volatilidade do trabalho – e, principalmente, da profissão – também é

intensificada pela crescente movimentação de pessoas no planeta.

Um fenómeno que reduz dramaticamente o sentido de identidade e promove, por outro lado, um aumento da violência. Violência nada mais é que a busca pela identidade.

Esquecemo-nos, muitas vezes, de que aquilo a que chamamos de *corrupção* também é um acto de violência. Etimologicamente, a palavra *corrupção* significa *romper junto*, indicando uma *destruição*, o *rompimento* de uma condição.

Sociedades com menos identidade se tornam mais violentas e mais corruptas.

Com rápidas mudanças, o sentido de identidade se torna volátil, aumentando a violência e a corrupção. Foi o que aconteceu em torno do século XIII na Europa, quando a expansão da produção de papel gerou uma profunda metamorfose social.

Então, a temperatura dos fornos aumentou rapidamente, a produção de vidro conheceu uma grande e inusitada expansão, o uso de espelhos se tornou popular, a prisão gradualmente substituiu a mutilação física como forma de punição por crimes cometidos, rapidamente ruas e estradas foram pavimentadas, surgiu a tecnologia da *perspectiva plana*, e aquele que será, seguramente, o mais famoso conjunto de poemas populares da época, *Carmina Burana*, descrevia assim o mundo do final da Idade Média:

*A honestidade está morta,  
A virtude, sepultada;  
A generosidade é rara como nunca,  
A avareza se expande;  
Aquele que é sincero mente,  
A verdade se faz mentira.  
Todos atropelam as leis e praticam  
impunemente acções ilícitas.  
Reina a avareza e reinam os avarentos;  
Cada um se preocupa apenas em enriquecer...*

Um poema que seria visto por muitos como fiel retrato do início do século XXI!

A rápida mudança da estratégia de pensamento no final da Idade Média implicou uma volatilização da identidade.

Quando uma pessoa tem uma profissão e a desempenha ao longo dos anos, constrói uma identidade. Mas, se estiver flutuando entre empregos de naturezas diferentes – tal como acontece com a sociedade *low power* – o seu sentido de identidade tenderá a ser reduzido. Não é apenas a diminuição da identidade através do desemprego e da carência de meios de sobrevivência que produz violência, mas também a falta de *profissão*, de *identidade na acção*.

Gradualmente, a única preocupação social relevante passou a ser a sobrevivência, jogo de *soma zero*, como animais numa selva. Uma situação de tal forma instável que levou a muitos

a preferir um ditador à liberdade, ou a considerar aceitáveis regimes ditatoriais como o Chinês no início do terceiro milénio.

O mundo da desconcentração também projecta, paralelamente ao consumo, o entretenimento como elemento social básico. O entretenimento implica, pela sua própria natureza, um forte carácter dispersivo – buscando uma grande média e um grande público.

Em última análise, o consumo e o entretenimento pertencem ao mesmo fenómeno lógico da dispersão.

Lugares de compras – tal como supermercados, hipermercados, centros comerciais ou grandes superfícies especializadas como a *FNAC*, o *Décathlon* ou a *Ikea* entre outras – tornaram-se verdadeiros centros de lazer, onde o *consumo contínuo* é explorado em todas as suas formas, com espectáculos de música popular, cafés, projecção de filmes, entrevistas com

personalidades famosas e distribuição gratuita dos mais variados tipos de brindes e *gadgets*.

Apenas em França, as grandes superfícies especializadas, verdadeiros parques de diversão movimentados pelas compras, representavam, no ano de 2004, mais de 40% do mercado de jardinagem, cerca de 65% do mercado de electrodomésticos e de telefones.

Aeroportos e estações ferroviárias acabaram por ser transformados em grandes centros comerciais, à vezes incluindo piscinas, restaurantes, saunas, hotéis, livrarias ou centros de saúde e beleza.

Mesmo os hospitais foram gradualmente se metamorfoseando em centros de consumo e lazer – alterando substancialmente aquilo que Michel Foucault tão brilhantemente chamou a atenção como sendo a emergência dos conceitos modernos de hospital e de prisão em finais do século XVIII estabelecendo, então, um claro padrão de poder.

Para o universo que emergiu no século XVIII, os cuidados com a saúde estavam relacionados ao princípio do controlo e dominação da doença, estendendo-se ao controlo dos comportamentos.

Em São Paulo, em 2008, hospitais como o *Santa Catarina*, que recebia os seus pacientes com um piano de cauda à entrada, assim como os hospitais *Albert Einstein* e *Sírio Libanês* pouco se diferenciavam de confortáveis hotéis de padrão internacional. Entre muitos outros elementos de lazer, nos quartos era possível assistir confortavelmente a um grande número de obras cinematográficas de alta qualidade – algo impensável poucos anos antes.

Aquilo que Thorstein Veblen chamou de *classe do lazer*, em pleno século XIX, passou a ser amplificado como condição essencial do *consumo contínuo* no universo *low cost* mais de cem anos depois.



*invisíveis* por uma elite de alta concentração de poder, emergem como uma nova maioria activa da sociedade, bastante visível, geralmente integrada à instabilidade do consumo contínuo, ainda que, por vezes, à sua margem assim como à margem da Lei.

Aqueles que antes eram os excluídos de uma sociedade focalizada numa elite são transformados nos heróis – especialmente para as novas gerações – na música popular e nos filmes de cinema entre outros meios. Curiosamente, há uma inversão claramente visível no cinema, onde a antiga elite social é transformada em marginal como signo do *politicamente correcto*. A irreverência e o inconformismo passaram a estar, muitas vezes, na abordagem positiva da antiga elite, como acontece com as obras de Woody Allen – que passou a ser tomado como o *politicamente incorrecto*.

Assim, as antigas elites, elementos de concentração, parecem se tornar marginais – muitas vezes até mesmo face à Lei. Todo o

imaginário parece passar a classificar ricos e nobres como vilões – quando a origem da palavra *vilão* era exactamente a indicação daquele que era marginal ao castelo, ao palácio, à Lei.

A própria ideia de Lei, como elemento essencial de um contrato social, é um dado de concentração – num *corpus legal* são reunidos os códigos aos quais todos estarão submetidos de forma igual. O fundamento da *isonomia* exige que todos sejam iguais face à Lei – princípio que só pode ter lugar num quadro de alta concentração.

Assim, vamos assistindo à metamorfose do antigo e relativamente estável *corpus legal*, originalmente formado numa lógica da concentração, transformando-se num amorfo conjunto de leis em contínua mutação. As mudanças se tornam tão rápidas, especialmente em termos fiscais, que mesmo experimentados advogados e juristas por vezes se vêem perplexos diante do rápido surgimento de novas e contraditórias leis.

Ninguém mais sabe exactamente o que diz a Lei.

Assim, em diversos países foi emergindo um novo comportamento social. Empresários que fazem tudo ilegal, intencionalmente, pois a complicação resultante das frequentes mudanças reduz em muito a eficiência dos tribunais. Pessoas que agem desonestamente nos negócios, para evitar as armadilhas da burocracia que condenariam o seu esforço. Empresas, de qualquer dimensão, que sistematicamente não cumprem com os seus compromissos porque poucos clientes se dão ao trabalho de reclamar, também devido à flagrante ineficiência dos tribunais. Uma situação que fez surgir uma questão, comum às mais diferentes sociedades: haveria ainda um lugar para as pessoas honestas?

A palavra *honestidade* surge do Latim *honor*, que gerou a expressão *honra* – e honra é algo directamente dependente do indivíduo!

Por outro lado, a burocracia elimina a necessidade de credibilidade. Com ela não há mais a importância de se crer, fiar, acreditar nas pessoas. A burocracia elimina o antigo valor dado à honra. Tudo passa a ser estabelecido através de formais compromissos impessoais, de números e fichas.

Nesse ambiente fortemente burocrático, para muitas pessoas, a solução de sobrevivência passou a ser simplesmente a imobilidade – porque quando alguém nada faz há menos razões para ser criticado e, de alguma forma, prejudicado.

Como essa realidade também *desenhava* o comportamento dos chamados serviços públicos, uma nova componente policial emergiu: fazer cumprir pela força o que era estabelecido pela burocracia.

Em diversos países foi criado um princípio que poucos anos antes teria feito com que as pessoas tremessem de horror: quando surge uma cobrança



mais inoperante e sem função num *mundo plano*, um mundo que opera por coordenação.

Em grande medida inoperante, o Estado passou a lutar para se salvar. Burocracia é um dos efeitos mais visíveis desse fenómeno.

Outro dos efeitos é a emergência do conceito de *produto interno bruto*, ou simplesmente PIB como referência soberana para a avaliação do desenvolvimento económico de um país.

Não se pode atribuir uma clara paternidade para a invenção do conceito de PIB, que aconteceu apenas no século XX. Mas, a figura de Simon Kuznets, prémio Nobel em 1971, é seguramente a mais forte relacionada à origem daquele princípio.

Kuznets nasceu em Pinsk, Bielorrússia, em 1901, e faleceu nos Estados Unidos em 1985. A sua vida, sempre orientada para o fenómeno do crescimento económico, foi especialmente

dedicada aos estudos estatísticos. Após a Segunda Guerra Mundial, ele auxiliou o Departamento de Comércio do Estado Americano a estabelecer os padrões do PIB, embora tenha sempre desaprovado o seu uso como medida universal para determinação de riqueza de uma nação.

Em trabalhos publicados em 1955 e em 1963, ele descobriu, ainda, um interessante fenómeno económico: em países pobres, o crescimento económico aumenta a disparidade entre ricos e pobres, enquanto que em países ricos, aquela disparidade é diminuída pelo crescimento económico.

A grande tese da sua vida foi a defesa de que os países pobres da segunda metade do século XX tinham condições originais muito diferentes daquelas conhecidas nos séculos anteriores, colocando um fim na tendência de se considerar que toda a evolução económica obedece a um movimento padrão, uniforme, como até então se acreditava.



países Europeus subiu para 45.9% do PIB! Nos Estados Unidos, os gastos governamentais subiram, no mesmo período, para cerca de 30.1% do PIB e no Japão, para cerca de 38.1%!

Não apenas o produto interno bruto dos países cresceu exponencialmente, como os ganhos dos governos sobre os PIBs aumentaram ainda mais!

Paradoxalmente, um dos recursos oficiais para disfarçar esse domínio crescente dos Estados sobre a produção de riqueza passou a ser exactamente o PIB!

Basicamente, o cálculo do produto interno bruto de um país é a soma do consumo privado, do total de investimentos realizados, dos gastos governamentais e do volume de exportações subtraindo o volume de importações.

Rapidamente, os governos perceberam que, ao invés de significarem despesas, os seus





originalmente estabelecido em 1717 na Grã Bretanha.

Gradualmente, praticamente todos os países do mundo abandonaram o princípio do *gold standard*. O crescimento de capital nos últimos duzentos anos foi tal que poucos economistas poderiam sustentar uma volta aos antigos padrões financeiros.

Mas, o abandono do *gold standard* produziu uma interessante questão: quanto capital existe realmente no mundo?

Algumas vezes indicavam que apenas cerca de 15% do capital mundial possuía algum tipo de lastro. Isto é, a maior parte do capital em todo o mundo nada mais seria que pura abstracção.

A crise planetária iniciada em Setembro de 2008 fez temer um colapso do sistema financeiro mundial. No dia 21 de Dezembro de 2008, Miguel Angel Fernandez Ordonez, governador do Banco

de Espanha, alertou para o facto de o mundo estar para enfrentar um colapso do sistema financeiro internacional.

A resposta a essa situação foi reduzir dramaticamente a taxa de juros, intervir ilegalmente nos mercados e expandir a base monetária – mecanismos que pareciam fazer o mundo mergulhar ainda mais profundamente no universo *low power*.

Curiosamente, trata-se de um universo onde funciona uma grande média de baixo poder, evidenciando o fenómeno identificado por Kuznets décadas antes: em sociedades pobres o crescimento económico faz aumentar a disparidade entre ricos e pobres. Agora, imagine-se esse fenómeno num cenário de pobreza relativa média generalizada, onde passou a existir uma super concentração de riqueza tornando as pessoas muito ricas praticamente inexistentes em termos estatísticos. A maior parte da população passou a ser relativamente rica e relativamente pobre,



Schumacher acreditava que o mundo caminhava para um quadro de degeneração perdendo o sentido de responsabilidade. Ele acusava três personagens como grandes culpados: Sigmund Freud, Karl Marx e Albert Einstein. Curiosamente, três pessoas de origens Germânicas.

Para ele, Freud teria tornado subjectiva a percepção colectiva porque a sua visão de um mundo articulado entre o *ego* e o *id*, gerando o *superego* teria transformado o imaginário colectivo o tornando fortemente subjectivo. Marx, porque tinha conferido à burguesia o papel de culpados de todos os males do mundo, desresponsabilizando, assim, as pessoas, os indivíduos – a partir de então, o culpado seria sempre o Outro. E, finalmente, Einstein por ter transformado a visão do mundo numa contínua relatividade – e onde tudo é relativo, nada é absoluto, isto é, nada é passível de crítica.

Na verdade, Schumacher intuía as transformações que se avizinhavam, identificando no pensamento de Freud, de Marx e de Einstein os símbolos para a imagem do mundo que construía à sua frente: tudo mais subjectivo, sem responsabilidade individual e fortemente relativo – dados essenciais para a compreensão da sociedade *low power* e de uma cultura *low cost*.

Schumacher foi um grande filósofo, economista, que amava a jardinagem. Morreu no dia quatro de Setembro de 1977, aos sessenta e seis anos de idade, durante uma série de conferências na Suíça.